A juventude quer liberdade

ESTEVÃO CRUZ

No Brasil dos últimos 12 anos iniciamos mudanças significativas na vida de milhões de pessoas, muitas delas jovens. Essas grandes mudanças se basearam na noção simples, de inspiração democrática e socialista, de que é preciso garantir igualdade de oportunidades para todos/as.

No Brasil imperava a noção liberal e excludente de que o Estado devia fazer o mínimo possível para possibilitar que todos/as tivessem as mesmas chances de progredir. Isso caberia apenas ao mercado e às capacidades de cada um/a. Mas sabemos que o mundo não funciona assim. O sucesso por esforço próprio, chamado de meritocracia, só é efetivo quando as condições estruturais são as mesmas para todos/as. Não é à toa que os bancos universitários, os principais postos de poder, os juristas, etc., historicamente foram sempre compostos por homens brancos e filhos das elites. No capitalismo, a possibilidade de sucesso existe para todo mundo, mas nunca para todos. É sempre uma possibilidade individual, nunca coletiva. Para quem vem de baixo, prosperar e conquistar autonomia na vida era sempre resultado de muito sofrimento.

Nós não superamos o capitalismo no Brasil. Estamos longe disso. Mas colocamos no centro da agenda política do país a criação de condições para que todas as pessoas possam realizar seus sonhos. Do fim da fome às ações afirmativas, transformamos a realidade do país e abrimos as portas do futuro para milhões de brasileiros/as. Esse é um contraste importante de ser feito. A história das nossas lutas deve ser contada. É através dessa história que construiremos novos valores na sociedade brasileira, dentre os quais a igualdade de condições e oportunidades deverá ser central.

Por mais oportunidades, autonomia e liberdade nas cidades

Paralelamente a isso, devemos ser capazes de sinalizar para o país, em especial aos mais jovens, como pretendemos concretizar uma agenda de direitos que garanta mais autonomia para o conjunto da população. Milhões de jovens brasileiros/as que acessaram a universidade por meio das cotas, do PROUNI ou do FIES, que estão se profissionalizando pelo PRONATEC, que acessam o mercado de trabalho, acham que essa sempre foi a realidade, que isso não foi transformado pelas escolhas políticas que o povo fez e sustenta há 12

anos. Por isso, mais do que contar a história temos que sinalizar o que vem por aí.

O que vem por aí não pode ser apenas mais do mesmo. Queremos também mais coisas novas, mais condições para viver e experimentar coisas novas. Concretamente isso significa afirmar uma agenda que já está sendo decifrada: serviços e equipamentos públicos de qualidade, como educação, saúde, mas também creches, segurança cidadã, espaços públicos de convivência, mobilidade barata e ágil e internet livre e gratuita; oportunidades educacionais, qualificação profissional e empregos de qualidade e com estabilidade; incentivos para empreendimentos próprios, cooperativos e solidários; combate intransigente à violência machista, racista e homofóbica e afirmação da liberdade como direito humano fundamental. Essa agenda expressa a emergência de novos modos de vida e novas experiências políticas que revalorizam as ruas como espaços públicos de criação democrática e se conectam com diversas pautas e engajamentos através da Internet.

Queremos ter condições para realizarmos nossos sonhos, planejarmos nosso futuro, sermos autônomos e livres para viver e conviver. E esperamos que essas condições sejam garantidas publicamente, democraticamente e não apenas para quem vive em melhores condições sociais e familiares. Vencemos a ditadura, enfrentamos as desigualdades sociais e entramos numa nova etapa da luta por mais direitos e liberdades. De modo geral, essa é a tradução para o recado difuso das mobilizações de junho.

Conquistar um futuro de liberdade

As respostas às mobilizações e às expectativas mais elevadas que foram criadas no país estão sendo disputadas, de um lado, na direção do aprofundamento da revolução democrática e, de outro, na direção liberal que ainda organiza nossos valores. Evidenciar a diferença de alternativas e de caminhos para garantir as condições de mais mudanças e um novo futuro também é fundamental.

Em primeiro lugar, em recente discurso no encontro com artistas e intelectuais a presidenta Dilma sinalizou que para garantir uma “infraestrutura do futuro” (cidades acessíveis, mobilidade barata e ágil, internet para todos/as e serviços públicos de qualidade), melhorar a educação e garantir empregos de qualidade é preciso seguir fortalecendo os bancos públicos e defender a soberania nacional sobre o Pré-Sal. Enquanto isso, as propostas da Marina e do Aécio vão em outra direção, defendendo flexibilização das leis trabalhistas, revisão do modelo de partilha do Pré-Sal, enfraquecimento dos bancos públicos e entrega do Banco Central aos rentistas. De um lado, a defesa do setor público. De outro, a defesa do mercado.

Segundo, a presidenta Dilma tem reafirmado a defesa do Sistema Nacional de Participação Popular, o Plebiscito pela reforma do sistema político, a regulação econômica dos meios de comunicação, o combate à corrupção sistêmica como formas de se responder às críticas ao sistema político brasileiro, às exigências de mais participação, de menos burocracia, de mais transparência e de reforço dos vínculos do sistema político com a soberania popular. Marina e Aécio, ao contrário, atacam a participação popular organizada da sociedade, comprometem-se com setores financeiros e restringem a soberania popular sobre decisões fundamentais e estratégicas do país, censuram críticas nas redes, calam-se e tergiversam quando são questionados sobre envolvimentos diretos em caixa 2, uso privado do dinheiro público, etc. De um lado, ampliação e aperfeiçoamento da democracia. De outro, elitização da democracia.

Terceiro, a presidenta Dilma tem afirmado reiteradas vezes o seu compromisso com a vida e com a liberdade da juventude, assumindo posições a favor da criminalização da homofobia, do fim dos autos de resistência (responsáveis pela impunidade dos assassinatos de milhares de jovens negros pela polícia). Por outro lado, enquanto Marina assume as posições de Malafaia e Feliciano, homofóbicos, incitadores de ódio e violência contra os homossexuais, Aécio defende a redução da maioridade penal, medida racista que serve apenas ao encarceramento e exclusão da juventude negra e das periferias. De um lado, uma agenda progressista dos direitos humanos. De outro, uma agenda fundamentalista, racista e patriarcal.

Nesses três aspectos determinantes para o desenho futuro da sociedade brasileira, estão em disputa dois caminhos antagônicos, inconciliáveis e com consequências bastante distintas. De um lado a presidenta Dilma apresenta uma agenda de prosperidade, solidariedade, democracia e tolerância. Esse é o caminho para ampliar a igualdade de oportunidades e garantir um futuro com mais autonomia e liberdade para os/as brasileiros/as. De outro Marina e Aécio defendem um caminho de arrocho, desemprego, agrado aos banqueiros, entrega do patrimônio, sacrifício da democracia, intolerância e exclusão. Esse é o caminho que leva de volta à Casa Grande.

*Estevão Cruz é Secretário Adjunto da Juventude do PT.

Compartilhe nas redes: